

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Campus Recife

Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental

RAÍRA PEREIRA TAVARES

**AGROECOLOGIA E FEMINISMO: empoderamento das camponesas Flores  
de Ximenes**

Recife

2019

RAÍRA PEREIRA TAVARES

**AGROECOLOGIA E FEMINISMO: empoderamento das camponesas Flores  
de Ximenes**

Monografia apresentada ao  
Departamento do Curso Superior de  
Tecnologia em Gestão Ambiental do  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia de Pernambuco, como  
requisito para obtenção do título de  
Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Moraes  
Valença

Coorientadora: Prof. MSc. Vivian  
Delfino Motta

Recife

2019

RAÍRA PEREIRA TAVARES

**AGROECOLOGIA E FEMINISMO: empoderamento das camponesas Flores de Ximenes**

Monografia apresentada como requisito final do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental ao término do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Ficha elaborada pela bibliotecária Ana Lia Evangelista CRB4/974

T231a

2019 Tavares, Raíra Pereira.

Agroecologia e feminismo: empoderamento das camponesas Flores de Ximenes/ Raíra Pereira Tavares. --- Recife : O autor, 2019.

58f. il. Color.

TCC (Tecnólogo em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Pernambuco, DASS 2019.

Inclui Referências.

Orientador: Profº Dr. Marcos Moraes Valença

Coorientadora: Profª MSc. Vivian Delfino Motta



*'Para mim, a experiência está sendo boa,  
Porque eu gosto de mexer com a terra,  
E saudável  
Porque eu sei que estou comendo  
Daquilo que eu estou plantando.  
Não tem veneno para crescer,  
Não tem nada.  
Quem planta sou eu, quem colhe sou eu.  
Não é como comprar na feira  
Que você não sabe a qualidade,  
É diferente.  
Eu agradeço a Deus pelo privilégio. ”  
Dona Sônia, Flor de Lírio*

*À minha mãe, Maria Aparecida Pereira da Silva, à Zanza, Monica, Barbara,  
Sonia, Eliane, Neide, Rosilda, Zefinha e Tetê*

## RESUMO

A presente pesquisa foi realizada no assentamento Valdir Ximenes, localizado no município de Barreiros/PE, tendo como objetivo geral compreender como as mulheres rurais da localidade criaram o grupo Flores de Ximenes e como essa ação afetou suas vidas e de seus familiares, entender como tal grupo impactou no cotidiano das agricultoras, na esfera da vida privada mais ligada ao espaço doméstico até a inserção das mesmas na vida pública, liadas a eventos acadêmicos e movimentos sociais. Essa perspectiva coletiva transformou a forma de olhar e utilizar os recursos naturais locais, estabeleceu novas relações com a flora local e mudou a forma de produzir, esse espaço será o ponto central das discussões que construirão esse TCC. O trabalho foi conduzido a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e listas livres, baseado no método de pesquisa-ação e de forma horizontal, sempre dialogando com as beneficiadas, vocalizando seus desejos e frustrações e valorizando seus saberes tradicionais

**Palavras-chave:** Campesinato; Agroecologia; Mulheres

## **ABSTRACT**

The present research was carried out in the settlement of Valdir Ximenes, located in the municipality of Barreiros / PE, with the general objective of understanding how the rural women of the locality created the Flores de Ximenes group and how this action affected their lives and their families. This group had an impact on the daily lives of women farmers, in the sphere of private life more closely related to the domestic space, to their insertion in public life, linked to academic events and social movements. This collective perspective transformed the way of looking at and using local natural resources, established new relationships with the local flora and changed the way of producing, this space will be the central point of the discussions that will build this CBT. The work was conducted through semi-structured interviews and free lists, based on the research-action method and horizontally, always dialoguing with the beneficiaries, vocalizing their desires and frustrations and valuing their traditional knowledge.

**Keywords:** Peasantry; Agroecology; Women



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Planta baixa do Assentamento Valdir Ximenes .....	29
Figura 2 - Agricultoras do coletivo Flores de Ximenes voltando do trabalho ....	31
Figura 3 - Integrantes do grupo de mulheres Flores de Ximenes.....	32
Figura 4 - Carro atolado na estrada de barro que corta o assentamento Valdir Ximenes .....	38
Figura 5 - Casa da agricultora Dona Têê inundada pela cheia do Rio Una ....	39
Figura 6 - Cursos desenvolvidos no assentamento para o grupo de mulheres Flores de Ximenes .....	43
Figura 7 - Cursos desenvolvidos no assentamento para o grupo de mulheres Flores de Ximenes .....	43
Figura 8 - Agricultora Mônica vendendo seus produtos agroecológicos numa rua em Barreiros.....	48
Figura 9 - Dona Sônia e Mônica no Encontro Estadual da Marcha Mundial das Mulheres, Caruaru/PE .....	51
Figura 10 - Eliane no I Encontro Nacional de Núcleos de Agroecologia, Luziânias/GO.....	50

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Linha do tempo das principais atividades do Complexo Industrial de SUAPE .....	19
Tabela 2 - Distribuição da faixa etária da população amostrada: Grupo de Mulheres Flores de Ximenes, Barreiros-PE .....	34
Tabela 3 - Relação das agricultoras e suas moradias.....	40
Tabela 4 - Produção das Flores de Ximenes e como se dá a comercialização (Bárbara e Mônica).....	45
Tabela 5 - Produção das Flores de Ximenes e como se dá a comercialização (Sônia e Zanza).....	46
Tabela 6 - Produção das Flores de Ximenes e como se dá a comercialização (Neide, Rosilda, Zefinha e Eliane).....	47
Tabela 7 - Resposta das camponesas a pergunta: Conhecia o feminismo antes do projeto, o que ele significa para você? .....	53
Tabela 8 - Relação de satisfação do projeto "Agroecologia e feminismo: empoderamento das camponesas Flores de Ximenes" .....	55

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	15
3.1 A Cana de Açúcar na Mata Sul de Pernambuco	15
3.2 O complexo Industrial e Portuário de SUAPE	17
3.3 Agroecologia	22
3.4 Sem Feminismo não há agroecologia	25
4 METODOLOGIA	29
4.1 Caracterização da área de estudo	29
4.2 Seleção da área para o trabalho e análise de dados	32
5 RESULTADOS E ANALISE	34
5.1 Perfil socioeconômico do grupo	34
5.2 Os principais problemas estruturais do assentamento Valdir Ximenes	37
5.3 Processo agroecológico do grupo e sua produção	41
5.4 O fortalecimento da agroecologia afetou a vida das Flores de Ximenes	44
6 CONCLUSÃO	57
7 REFERÊNCIAS	58

## 1 INTRODUÇÃO

A monocultura é o cultivo de uma única espécie agrícola em determinada área ou região, ocorrendo, com maior intensidade, nas grandes propriedades rurais (ZIMMERMANN, 2009). Essas produções em grande escala, em geral, são destinadas à comercialização, especialmente, para o mercado externo, até porque nenhum ser humano tem necessidade de uma quantidade muito expressiva de um único alimento para sobreviver (ZIMMERMANN, 2009). Uma monocultura ainda muito praticada no nordeste brasileiro é a da cana de açúcar, ela é uma das responsáveis pela destruição da mata atlântica e exploração dos trabalhadores rurais. Hoje, o problema mais frequente encontrado pelos órgãos de fiscalização do trabalho é a irregularidade na infraestrutura oferecida ao empregado rural canavieiro (REPÓRTER BRASIL, 2006).

Para a mulher, o trabalho na cana é ainda mais arriscado, no discurso gerencial, as mulheres teriam sido excluídas de diversas etapas do processo produtivo em função de um nível de produtividade tido como comparativamente inferior ao trabalho masculino (PADRÃO, 1997), pois, elas possuem funções determinadas também dentro de casa, como cuidar dos filhos e dos maridos, além de terem que fazer todo o trabalho doméstico, o que compromete sua produtividade no plantio da cana.

As mulheres representam, no mundo, cerca da metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores, cujos conhecimentos e trabalho cumprem papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares (PACHECO, 2009). A renda controlada pelas mulheres tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e do bem-estar dos filhos do que aquela controlada pelos homens (PACHECO, 2009). Mas, raramente elas são consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho sendo 'invisível', quer como trabalhadoras de família não remunerada, quer como trabalhadoras assalariadas temporárias (DEERE, 2004).

Atualmente os principais movimentos sociais do campo como o MST, MPA e MPC tem pautas ambientais em suas reivindicações. Críticas ao sistema capitalista, cobrança por uma reforma agrária agroecológica e o manejo adequado dos recursos naturais começam a aparecer com bastante frequência. Esta luta também foi

assumida pelos movimentos de mulheres rurais, que, ao mesmo tempo em que participavam de movimentos mistos construía as suas reivindicações específicas (SILIPRANDI, 2007).

Em alguma medida esses movimentos incorporaram as lutas feministas de emancipação das mulheres e de mudança nas relações entre os gêneros como parte de seus objetivos estratégicos de mudança social (SILIPRANDI, 2007).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo Geral**

Verificar o impacto da criação do grupo de mulheres Flores de Ximenes e suas atividades nas vidas públicas e privadas das integrantes do coletivo e analisar os resultados das discussões que tivemos relacionadas a feminismo e agroecologia com as mulheres camponesas desse coletivo da Mata Sul pernambucana.

### **2.2. Objetivos específicos**

- Descrever e analisar como foi a inserção da agroecologia e do feminismo no cotidiano das agricultoras.
- Relatar como o fortalecimento da agroecologia no assentamento Ximenes foi responsável pelo processo de garantia alimentar para as integrantes do coletivo e suas famílias.
- Analisar como a inserção das agricultoras nos movimentos sociais do campo melhoraram suas autoestimas, tendo como principal instrumento o documentário gravado pelo IFPE no final de 2016.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA**

#### **3.1 A Cana de Açúcar na Mata Sul de Pernambuco**

Pernambuco foi o primeiro núcleo econômico do Brasil, no ciclo do açúcar chegou a ser um dos maiores produtores de cana de açúcar do mundo, está situado na região nordeste e ocupa uma área de 98 149,119 km<sup>2</sup>. Está dividido geograficamente em 19 microrregiões e uma delas é a Zona da Mata Sul. A microrregião da Mata Sul Pernambucana, que compreende 24 municípios, possui uma área de 4.524,1 km<sup>2</sup> e uma população de 605.448 habitantes (IBGE, 2014). A principal atividade agropecuária e agroindustrial é a cana-de-açúcar e seus derivados, que começou há 5 séculos com os europeus.

Eles não chegaram no Brasil por acaso, foi investido muito dinheiro em ciência e tecnologia para que Portugal conseguisse desenvolver navios capazes de cruzar o Oceano Atlântico. Tudo isso se deu por pressão de outros países europeus, a América do Sul era considerada uma região pertencente a Espanha e Portugal, mas a ausência desses dois países na região incomodava outros países europeus, como a França, que era impedida de invadir essa área por causa da União Ibérica. Celso Furtado (2015) diz que:

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado (FURTADO, 2015, p.16).

Mas, o objetivo dos portugueses não era a implementação da monocultura da cana de açúcar, e sim a caça por metais preciosos e produtos que só existissem nos trópicos. Manuel Correia de Andrade (1989) descreve que:

Os portugueses, financiados por capitais internacionais, sobretudo Judeus, lançaram-se as navegações com o objetivo de obter metais e produtos tropicais a preços baixos, e realizar comercio com os grandes centros da

Europa Ocidental. O mundo tropical poderia fornecer aos invasores metais preciosos, pedras e produtos agrícolas que não podiam ser obtidos na Europa (ANDRADE, 1989, p.09).

A primeira atividade econômica no Brasil e sob o domínio de Portugal foi o extrativismo. A expedição exploradora, enviada a Santa Cruz, em 1501, voltou a Portugal com um carregamento de Pau Brasil e D. Manuel o declarou monopólio da Coroa (SIMONEN, 2005). A extração do Pau-Brasil durou apenas 30 anos, declinando em 1531 para a entrada da monocultura da cana de açúcar. A mata atlântica foi extremamente devastada, sendo a extração do pau-brasil o primeiro processo de desmatamento do nosso território. Caio Prado Júnior (1981) mostra:

Foi rápida a decadência da exploração do pau-brasil. Em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa arvore, e o negócio perdeu seu interesse. Assim mesmo continuar-se-á a explorar esporadicamente o produto, sempre sob o regime do monopólio real, realizando uma pequena exportação que durara até princípios do século passado (JUNIOR, 1981, p.17).

Descobrimos cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana de açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana (CASTRO, 1984). Os portugueses possuíam experiência com o cultivo da cana de açúcar, pois já era trabalhada por eles de forma intensiva nas ilhas da Madeira e em Cabo Verde. Josué de Castro (1984) comprova:

Com a experiência da agricultura nas Ilhas da Madeira e em Cabo Verde e do comércio do açúcar, o português sabia que esse produto só poderia construir uma atividade econômica compensatória se produzido em grande escala, com terra suficiente para o cultivo extensivo da planta, com mão de obra abundante e barata para o trabalho agrário (CASTRO, 1984, p.117).



Inicialmente houve a luta contra os indígenas e a conquista dos vales do Igarassu, Beberibe e do Capibaribe, onde se instalaram os primeiros engenhos em 1532 (ANDRADE, 1989). O latifúndio brasileiro nasceu com a monocultura da cana de açúcar no litoral pernambucano e prevalece até hoje, contaminando o solo, devastando a mata atlântica e explorando e assassinando trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A Zona da Mata Sul é a área do estado com a exploração mais extensa de cana de açúcar, essa atividade, ao longo de quinhentos anos, vem declinando e a repercussão disso lhe causa mais impactos do que em outras regiões do estado, maiores até que na Região Metropolitana do Recife (CONDEPE, 2000). Desde o Brasil Colonial, ainda se encontra nesse espaço o valor do senhor de engenho, exploração do trabalhador rural e elevada concentração de terra. (CONDEPE, 1981).

Os sucessivos ciclos econômicos e a contínua expansão da população humana na região da Mata Sul durante os últimos cinco séculos comprometeram seriamente a integridade ecológica dos ecossistemas atlânticos (CASTELI E SILVA, 2005). Foi estimado que em 1710 a capitania de Pernambuco já possuía 246 engenhos de cana de açúcar em seu litoral (LISBOA, 2014), esses devastaram a floresta e exploraram seres humanos. Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, no município de Barreiros/PE existe 2.649 hectares de Mata Atlântica, representando quase 12% da Floresta Atlântica original da localidade sendo resultado do desmatamento para implantação da monocultura da cana de açúcar.

### **3.2 O Complexo Industrial e portuário de Suape**

A questão portuária no Brasil no fator expansão se dá a partir de 1808 com a promulgação da Carta Regia durante a regência do príncipe D. João VI, que permitiu a abertura dos portos brasileiros as “nações amigas” de Portugal:

Que sejam admissíveis nas Alfandegas do Brazil todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias transportados, ou em navios estrangeiros das Potencias, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real côroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por

cento; a saber: vinte de direitos grossos, e quatro do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas, ou aforamentos, por que até o presente se regulão cada uma das ditas Alfandegas, ficando os vinhos, aguas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos, que até agora nellas satisfaziam (DOM JOÃO VI, 1808).

Em 1869, 61 anos depois da abertura dos portos às “nações amigas” de Portugal, foi publicada a Lei de Concessões, onde passa a ser permitido o financiamento privado nas obras de expansões dos portos brasileiros:

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral: Art. 1º Fica o Governo autorizado para contractar a construcção, nos differentes portos do Imperio, de dócas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação, sob as seguintes bases: § 1º Os empresarios deverão sujeitar á approvação do Governo Imperial as plantas e os projectos das obras que pretenderem executar. § 2º Fixarão o capital da empresa, e não poderão argumental-o ou diminuil-o sem autorisação do Governo (LEÃO, 1869).

Na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, no Governo Constitucional, posteriormente chamado de Estado Novo, a gestão dos portos brasileiros passa do âmbito privado para as mãos do Estado (CAVALCANTI, GODOY, ROCHA, 2018). Devido ao crescimento econômico do estado de Pernambuco e a intensa urbanização ocorrida na década de 60 por causa do êxodo rural, o governo achou melhor transferir o porto principal do estado para uma área de fácil locomoção e sem aglomerados urbanos, começa a surgir a ideia do Complexo de SUAPE (Tabela 1), trinta anos depois da normativa expedida pelo Governo Constitucional. Ele está situado na Região Metropolitana do Recife e distante cerca de 40 quilômetros do centro do Recife, localizado em dois municípios, no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, litoral sul do estado de Pernambuco e com acesso a partir da BR-101 e da PE- 60. Ele vem sendo discutido e executado há pelo menos 70 anos; na década de 60 foram iniciados os estudos para viabilidade da sua implantação. A administração

do Porto de Suape é exercida pela empresa pública estadual Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, criada pela Lei nº7.763, de 07 de novembro de 1979. Em 1992 através do Decreto nº15.750, de 08 de agosto de 1992, SUAPE fica autorizado a executar o convênio objeto da Portaria nº 57/92 – DNTA, de 09 de abril de 1992. É um convênio celebrado entre a União e o Estado de Pernambuco através do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários e que tem como objeto a autorização outorgada ao Estado de Pernambuco para a exploração comercial do Porto de Suape, bem assim para a realização de obras de expansão e melhoramento e aparelhamento das instalações portuárias.

**Tabela 1 - Linha do tempo das principais atividades do Complexo Industrial de SUAPE**

ANO	ATIVIDADE
1960	Estudos começaram a ser realizados para analisar a viabilidade da implantação de um “super-porto” destinado à exportação e à instalação de indústrias no seu entorno. A ideia era criar um porto para que ele gerasse demanda e não apenas atendesse à demanda já existente na região.
1970	A escolha da região de Suape para localização do porto se deu pelas seguintes condições: águas profundas junto à linha da costa, com cerca de 17 metros a cerca de 1,2 quilômetros do cordão de arrecifes; Quebra-mar natural formado pelos

	arrecifes; extensa área para implantação de um parque industrial; distância da movimentação metropolitana da cidade do Recife.
1980	Porto de Suape começou a operar, efetivamente, através da movimentação de álcool pela Petrobrás, que utilizou o recém-inaugurado Píer de Granéis Líquidos, o PGL. As empresas de combustíveis que estavam instaladas no Porto do Recife foram transferidas para Suape.
1990	Cais de Múltiplos Usos começa a operar e o Porto de Suape foi incluído na lista dos 11 portos prioritários do Brasil, para os quais se deveriam direcionar os recursos públicos federais de investimentos em infraestrutura portuária. A partir de então, Suape deixou de ser apenas um porto industrial para se tornar um porto concentrador de carga de uso público. A construção do porto interno foi concluída.
2000	Foi iniciada a construção da segunda etapa do porto interno com a dragagem de mais de 1 milhão e 300 mil m <sup>3</sup> de areia, estendendo o canal de navegação em mais 450 metros, onde seria construído o cais 4, com

	330 metros. Ainda nesse mesmo ano, os cais 2 e 3 do porto interno foram arrendados pela empresa Tecon Suape.
2010	O Plano Diretor Suape 2030 entrou em vigor em setembro de 2011 com o objetivo de ordenar o crescimento do Complexo Industrial Portuário de Suape. No início de 2013, a administração do Suape inaugurou o primeiro assentamento rural, denominado Valdir Ximenes, e que está situado no município de Barreiros, na Mata Sul do Estado. Atualmente, 126 famílias moram na área de 1,1 mil hectares, com lotes de 5 hectares para cada uma.

Fonte: Raira Pereira, 2018

A concepção do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) originou-se do moderno conceito de integração porto-indústria já existente, na época, no Porto de Marseille-Fos, na França, e de Kashima, no Japão. (CAVALCANTI, GODOY, ROCHA, 2018). A partir da década de 90 a Zona da Mata Sul de Pernambuco começa a passar por um processo de ajuste espacial extremamente rápido para abarcar a demanda de SUAPE. As forças capitalistas, os grandes mercados internacionais em parceria com o governo do estado começam a criar infraestruturas sociais e físicas que garantam a rápida circulação do capital. A partir disso uma série de obras públicas como a operação tapa buraco da BR 101 e da PE 060 surgem nessa região. O Fórum SUAPE – Espaço Socioambiental criado em 2011 a partir da ampla articulação de atores sociais preocupados com o crescente processo de exclusão social, violência e degradação ambiental provocado pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape

Governador Eraldo Gueiros e formado por ativistas, pesquisadores e pesquisadoras, voluntários e voluntárias, lideranças das comunidades tradicionais e organizações não governamentais locais, nacionais e internacionais destacou em 2017 que:

O polêmico projeto do Complexo Industrial de Suape, instalado no estado de Pernambuco em 1975, durante a ditadura militar, tem recebido críticas de ambientalistas e pesquisadores, porque se baseia na “concentração de investimentos” e causa graves violações de direitos e intensos conflitos ambientais. Apesar das críticas, a implementação do SUAPE, se intensificou na década de 90 e tomou proporções gigantescas a partir do ano 2000, com a modernização e ampliação do Complexo. As transformações no meio ambiente 21 foram drásticas, repercutiram e continuam a repercutir gravemente sobre os modos de vida tradicionais das comunidades que viviam e vivem na região, afetando os seus direitos à moradia, à alimentação, à água, à saúde, ao trabalho, à locomoção e a um meio ecologicamente equilibrado (FÓRUM SUAPE, 2017, p.01).

E, ainda segundo o Fórum estima-se que pelo menos 3.000 das 6.800 famílias que habitam o local já foram expulsas de seus territórios com base em indenizações irrisórias e sem um reassentamento adequado. Eles ainda destacam que por volta de 25 mil pessoas foram impactadas diretamente.

### **3.3 Agroecologia**

A agricultura industrial/latifúndio vem cometendo uma tragédia socioambiental ao longo dos anos, são rápidas as transformações nos ecossistemas, destruição das florestas nativas, contaminação dos rios e nascentes, exploração dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e violência. A agroecologia surge muito ligada às questões de sustentabilidade dentro da agricultura, tão necessário diante da situação do campo atual, ela designa o sistema de produção praticado pelas/pelos trabalhadoras/trabalhadores rurais sem agrotóxicos, sem adubos químicos e sem qualquer outra coisa sintética:

A agricultura sustentável poderá ser definida então como aquela que simultaneamente atenda aos seguintes critérios: busque a autossuficiência das unidades produtivas quanto aos insumos que utiliza (particularmente quanto às sementes); consiga estimular a criatividade e a recuperação do conhecimento local sobre os agroecossistemas; use recursos renováveis, localmente acessíveis; reduza a dependência de insumos externos; mantenha estável ou crescente a sua capacidade produtiva no longo prazo; realize práticas que beneficiem o local; e mantenha e enriqueça a diversidade biológica (GLIESSMAN, 2000, p. 53).

Segundo Altieri (1998), uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e agricultoras e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. Siliprandi (2015) relata que o agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas sustentáveis. Altieri também discorre que a agroecologia:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional genética, agronomia, edafologia incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (ALTIERI, 1998, p. 23).

Segundo o MST (2015), enquanto o agronegócio destrói o meio ambiente, a agroecologia não utiliza produtos químicos, recicla totalmente seus componentes e prioriza o desenvolvimento da diversidade genética no espaço agrário. O dirigente do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Francisco Dal Chiavon, discorreu, para o Jornal Brasil de Fato, em 2017 que a produção agroecológica:

Não é somente a técnica de produção. Essa é uma fase. A outra fase, mais importante, é a nossa relação com a natureza e com os outros seres humanos, com tudo o que nos permeia. Há uma ideia equivocada que nós,

os humanos, estamos fora da natureza, e nós entendemos que na agroecologia nós fazemos parte da natureza. Neste contexto, a agroecologia assume um papel fundamental de mudança na sociedade. Não basta mudar apenas a técnica de produção. Nós temos que começar a mudar a nossa forma de viver (CHIAVON, 2017, p. 1).

Mas, para que os resultados sejam alcançados é preciso que uma série de políticas públicas agroecológicas sejam colocadas em prática. Ao longo dos anos elas vêm sendo desenvolvidas por causa das pressões causadas pelos diversos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais no Brasil. Elenco algumas delas: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas rurais (P1MC), entre tantas outras. As políticas de desenvolvimento rural até a década passada não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens, contribuindo para a naturalização das desigualdades de gênero (BUTTO, 2008). As mulheres correspondem quase a metade da população rural (PNAD IBGE, 2012), e será sob o mandato do governo Lula a partir de 2003, que pela primeira vez se elabora uma política pública integral de promoção da igualdade de gênero no meio rural (BUTTO, 2008). Butto também descreve que:

Se criou uma institucionalidade interna com forte integração às demais políticas para as mulheres do Governo Federal, o que gerou a constituição de equipe de assessoria e designação de recursos para promover políticas de igualdade através de ações finalísticas e medidas para transversalizar as relações de gênero nas políticas de desenvolvimento rural, de forma a promover os direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e o pleno exercício da cidadania (BUTTO, 2008, p.17).

Como parte dessa estratégia, capacitaram-se mulheres rurais e extensionistas e foi criada a Rede ATER para Mulheres, que articula representantes de instituições governamentais e organizações de mulheres que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural (BUTTO, 2008). Apesar desses esforços, ainda existe uma



serie de barreiras e abismos que precisam ser superados para que os trabalhos das mulheres rurais sejam dignos e reconhecidos.

A união da agroecologia e do feminismo é algo recente, as mulheres rurais (assim como as agricultoras do grupo Flores de Ximenes) também vêm atuando fortemente na construção da agroecologia enquanto postura política, afirmando a identidade coletiva de mulheres organizadas. Nesse sentido, o feminismo se une a agroecologia como promotor de um pensamento crítico da realidade a ser transformada. Emma Siliprandi relata que:

O discurso da busca do desenvolvimento sustentável para o campo e da construção de um outro modelo através de experiências fundadas na agroecologia – expressado por técnicos, lideranças de agricultores, agentes políticos, etc. – geralmente se coloca em meio a um conjunto de mudanças sociais e políticas – de busca da equidade, da solidariedade, da inclusão social, etc. - entre as quais também se colocam, ainda que de forma pouco explícita, as mudanças nas relações de gênero (SILIPRANDI, 2015, p.22).

Em 2011 o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) publica em seu folder que “ a agroecologia busca a harmonia nas relações dos seres humanos entre si e com a natureza, produzindo e reproduzindo a vida, preservando e multiplicando a riqueza da biodiversidade”.

### **3.4 Sem Feminismo não há agroecologia**

Durante o Encontro Nacional de Agroecologia - ENA realizado em 2014 na cidade de Juzeiro-BA, cunhou-se o lema "sem feminismo não há agroecologia". Nesse momento, a Agroecologia sela seu pacto com o protagonismo e empoderamento das mulheres 24 camponesas que historicamente sofrem com a invisibilidade da sua identidade e consequentemente do seu trabalho dentro do universo da agricultura familiar. Michele Perrot (2005) mostra a invisibilidade e as dificuldades que as mulheres enfrentam para atuar no espaço público:

[...] não existiram para o espaço público [...] As mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres “não contam”. E existe aí muito mais do que uma simples advertência (PERROT, 2005, p. 11).

Ao longo da história as mulheres foram subjugadas ao espaço doméstico. A sociedade patriarcal nega a valorização da mulher como agente transformador do mundo para além da família. E a academia não está ausente nesse processo:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história? (DUBY; PERROT, 1900, p.7).

Atualmente, a discussão do papel das mulheres na sociedade alcança outro patamar. Grupos feministas "pipocam" nas redes sociais ampliando o alcance do movimento. O Congresso Brasileiro de Agroecologia reconhece o feminismo como um dos pilares para a construção da agroecologia e o governo brasileiro, durante o ENEN, evidencia questões ligadas a situação da mulher como aspecto relevante para a reflexão da juventude. Ao mesmo tempo, temos retrocessos imensos através de ações na câmara dos deputados e no senado que envolvem a restrição do acesso ao contraceptivos e impossibilidade de realização do aborto em caso de estupro.

Os movimentos feministas camponeses estão focados no reconhecimento de identidade, redistribuição de renda, acesso das mulheres a terra e eliminação da violência. É preciso discutir as questões sobre a condição econômicas, a violência doméstica e a realidade desigual das mulheres envolvidas na agricultura familiar, cujo acesso à terra se faz quase pelo unicamente pelo casamento. O trabalho que as camponesas exercem todos os dias, o conhecimento adquirido durante gerações é desvalorizado. O trabalho é chamado de ajuda, visto como um complemento menor ao trabalho do masculino. O conhecimento é focado apenas na reprodução familiar e na maioria das vezes as mulheres são impedidas de participar da gestão da

propriedade familiar por serem consideradas 25 incapazes. O artigo "Poder e Igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais" (BONI, 2004) mostra o discurso de um homem sindicalista sobre a participação da mulher nas atividades cotidianas:

A mulher também ajuda também na renda da família, ajuda na organização das pessoas, da categoria. E ajuda na construção desse projeto que nós queremos construir. É importantíssima a participação da mulher. Sem a mulher a luta fica pela metade. Então com certeza é importante dar continuidade a isso (Dirigente sindical – homem) (BONI, 2004, p.1).

Durante a análise desse discurso, Boni (2004) destaca:

Nota-se na fala desse dirigente que ele quer nos convencer de sua postura em relação à participação das mulheres, mas usa expressões como “a mulher também ajuda”. Isso mostra uma posição secundária da mulher na ‘igualdade’ proposta pelos homens. Por ser o sindicato ainda muito masculino, a militância da mulher é vista como um complemento, uma ajuda, uma contribuição na luta encabeçada pelos homens (BONI, 2004, p.01).

Outro aspecto que causa grande fragilidade as mulheres é a dependência financeira. No campo o acesso à terra para as camponesas só ocorre a partir do casamento, a agricultora sai do domínio do pai para o domínio do marido. Na maior parte dos casos a documentação da propriedade não possui o nome da mulher. Não há o conhecimento dos valores gerados pelas atividades produtivas e raramente a camponesa possui algum acesso ao dinheiro. Muitas, por não possuírem documentos ficam ainda mais invisíveis perante a sociedade, sendo totalmente "representadas" pelos maridos.

O cenário descrito acima, reforça o poder do homem sobre as mulheres, alimentando o machismo culturalmente exercido na sociedade patriarcal. Segundo Saraiva e Rodrigues (2010) quanto aos dados com relação a violência, o Brasil fica com a 10ª posição em relação a violência contra a mulher em contexto rural e 12ª na violência contra mulher em contexto urbano. Nesse universo destaca-se os estados de São Paulo Capital (urbano) e Zona da Mata de Pernambuco (rural). Os resultados

apresentados corroboram a confirmação da hipótese de que a violência é um fenômeno de alta frequência nos lares brasileiros, presente nos mais variados contextos, reafirmando a necessidade de assistência e de Políticas Públicas para contextos rurais e urbano. Os autores ainda destacam mais dados referentes apenas a Zona da Mata de Pernambuco: Violência Psicológica (VP) 48,9%, Violência Física (VF) 33,7% e Violência Sexual 26 14,3% enquanto São Paulo Capital, Violência Psicológica (VP) 41,8%, Violência Física (VF) 27,2% e Violência Sexual (VS) 10,1%.

No documentário *As Sementes*, realizado pelo professor Beto Novaes da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2013 as agricultoras de 3 regiões do Brasil (Sul, Sudeste e Nordeste) falam como o feminismo mudou o cotidiano da família. Todas as agricultoras relatam que as capacitações feministas e capacitações agroecológicas foram o gatilho para a mudança e que a informação possibilitou a modificação e melhoria da relação com os homens. As entrevistadas relatam que se apoiaram na agroecologia para adquirir a independência financeira através do cultivo de hortaliças, plantas medicinais, pequenas criações totalmente livres de veneno. Desse mesmo universo foram tratados fatores relacionados com o feminismo (baseado na busca da igualdade entre homens e mulheres).

O documentário mostra que o processo ainda está em construção, muitas afirmam encontrar resistência da família na hora que precisam sair de casa para participar das capacitações, descrevem que sofrem com a estranheza das demais mulheres por se posicionarem de forma pública durante as reuniões da associação. Mas, todas afirmam que o companheirismo entre elas ajuda a vencer as barreiras e se tornarem cada vez mais visíveis e participativas. As camponesas estão felizes por entenderem de política, economia, agricultura e passar isso para as filhas e filhos rompendo com a ideias machistas de que lugar de mulher é na cozinha.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi realizada nos lotes das agricultoras do grupo de mulheres Flores de Ximenes, residentes no Assentamento Valdir Ximenes, localizado no município de Barreiros. O município é conhecido pelas grandes enchentes no período chuvoso, estando localizado na Zona da Mata Sul de Pernambucano (Figura 3). O assentamento se encontra a cerca de 32km de distância do Instituto Federal de Pernambuco, campus Barreiros e de 120km de distância do Instituto Federal de Pernambuco, campus Recife.

Criado pelo Decreto Nº 37.840, de 07 de fevereiro de 2012, a partir da junção de dois antigos engenhos de cana de açúcar (Roncador e Bombarda), a região foi ocupada por agricultoras e agricultores expulsos pelo Complexo Industrial Portuário de Suape para a construção da Companhia Siderúrgica Suape (CCS). Assim, tiveram que deixar suas casas, suas parcelas, seus cultivos e seus animais para serem alocados em um lugar onde a paisagem é composta apenas por cana de açúcar e mata secundária, totalmente diferente dos Engenhos Ilha e Jurissaca, onde as 126 famílias produziam agroecologicamente, mesmo sem saber o significado dessa palavra.

**Figura 1- Planta baixa do Assentamento Valdir Ximenes**



Fonte: Catálogo de Imagens do ITERPE, 2011

Atualmente, 126 famílias moram na área de 1,1 mil hectares disponibilizadas para o assentamento e cada uma recebeu um lote de cinco hectares, os títulos de posse das terras foram entregues as agricultoras e agricultores em julho de 2013.

Muitas agricultoras e agricultores não receberam as indenizações prometidas pelo governo do Estado de Pernambuco e os que receberam alegam que os valores estão muito aquém do que possuíam quando moravam em Cabo de Santo Agostinho. Em Valdir Ximenes, não há estrada, escola, posto de saúde, energia e a maior parte das parcelas não possui moradia. A produção é pequena e as poucas moradias existentes são precárias. Elas são feitas basicamente de pau a pique, sem banheiro e cobertas de telhas retiradas das antigas edificações do engenho. Durante o ano de 2016, com base nessa realidade, foi desenvolvido uma proposta de trabalho, fomentada também pelo edital PIBEX do IFPE, onde a partir dos princípios da agroecologia e do feminismo articulamos ações que viessem a valorizar o ser mulher no ambiente rural. Foi nesse momento que nasceu o grupo Flores de Ximenes, o documentário Flores de Ximenes e as diversas intervenções: oficinas de agroecologia, oficinas sobre divisão sexual do trabalho, implantação de Sistemas Agroflorestais, oficinas de bioconstrução e etc.

Inicialmente as mulheres (Figura 2) se uniram preocupadas com a segurança alimentar, já que as indenizações estavam sendo a base para a manutenção familiar. As agricultoras identificam, reconhecem e atualmente lutam contra as desigualdades ocupando espaços públicos dentro e fora da comunidade. Essa mudança não havia sido pensada nem por elas e nem pelas servidoras que acompanharam o grupo, as mesmas estão se aproximando de coletivos já reconhecidamente feministas como a Marcha Mundial das Mulheres e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais-Nordeste.

**Figura 2 - Agricultoras do coletivo Flores de Ximenes voltando do trabalho**



Fonte: Raira Pereira, 2018

A agroecologia é o terreno fértil onde as mulheres rurais se descobrem como sujeitos transformadores da ação a partir da materialidade da vida. Explicito a importância da participação das Flores nessas organizações a partir do relato de Emma Siliprandi:

A organização das mulheres rurais tem se dado não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas no nível das propriedades; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas, associações'. (SILIPRANDI, 2009, p.01).



**Figura 3 - Integrantes do grupo de mulheres Flores de Ximenes**



Fonte: Flores de Ximenes, 2016

#### **4.2 Seleção da área para o trabalho e análise de dados**

A área para realização do trabalho foi escolhida devido a um apelo da agricultora Bárbara Lima, onde ela requisitou para a professora Vivian a presença do IFPE/Campus Barreiros no assentamento, onde este se encontra tão perto e não desenvolvia projetos de extensão no local. Durante o ano de 2016 ele foi desenvolvido junto ao IFPE campus Barreiros e no ano de 2017, com a transferência da professora Vivian para a PROEXT do campus Recife, ele passou a ser desenvolvido em parceria com o IFPE/Campus Recife.

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, a análise de dados teve como base a visão pós-colonial e aportada na teoria do Bem Viver. Foi uma análise de discurso, a partir das falas das agricultoras durante as entrevistas, além dos dados numéricos coletados nos questionários. Eu e a professora Vivian participamos como sujeitas no processo de intervenção para com o coletivo, resultando na pesquisa-ação, que tem como característica principal articular, simultaneamente, o exercício da pesquisa à ação sobre a realidade, objeto da investigação (LIMA, 2005). Parto de uma metodologia que respeita os e as sujeitas de forma horizontal, que



escuta, que visibiliza e reconhece essas mulheres e seus saberes tradicionais. Todo o trabalho desenvolvido foi discutido, votado, esclarecido, aperfeiçoado e construído junto as agricultoras.

Durante o ano de 2017 fomos a Ximenes quinzenalmente afim de, junto as agricultoras, fortalecer ainda mais o grupo. A estratégia foi desenvolver ações através das oficinas e cursos de galinheiros agroecológicos, bioconstrução, beneficiamento de alimentos, além da inserção das agricultoras em eventos de agroecologia e feminismo e roda de diálogos.

No ano de 2018, afim de avaliar e colher dados dos trabalhos desenvolvidos em 2017, fui ao assentamento em parceria com o professor Yuri do curso de Edificações do IFPE/Campus Recife e suas alunas que desenvolveram um projeto de extensão relacionado a bioconstrução com o grupo, e junto ao professor Marcos Valença que também desenvolveu um projeto de extensão com as agricultoras ligado a cultura e meio ambiente. Com isso, observei o dia a dia das agriculturas dentro de seus territórios, percorri ruas, fotografei o ambiente, conversei com outras moradoras e moradores que não pertenciam ao coletivo, visitei suas casas, suas famílias, dei continuidade junto com elas nos sistemas agroflorestais, nos sistemas produtivos agroecológicos e atividades de bioconstrução. Para a coleta de dados do impacto do projeto foram realizadas entrevistas a partir de um questionário.

## 5 RESULTADOS E ANALISES

### 5.1 Perfil socioeconômico do grupo

O questionário foi aplicado a quase todas as participantes do grupo de mulheres Flores de Ximenes, ficando de fora apenas uma delas, correspondendo a 89% da amostra.

**Tabela 2 - Distribuição da faixa etária da população amostrada: Grupo de Mulheres Flores de Ximenes, Barreiros-PE**

Idade	Porcentagem
30 – 40	40%
50 – 60	50%
61 – 70	10%

Fonte: Raira Pereira, 2018

Em relação ao estado civil das entrevistadas, 6 são casadas e 2 são solteiras, com tempo de residência na comunidade entre 4 e 6 anos. Uma observação para o fato de que uma das agricultoras se divorciou depois do início do projeto, Ferreira e Mattos (2013) descrevem que as mulheres agricultoras são desprovidas de poder porque enfrentam uma “dupla dependência”, uma relacionada ao fato de serem camponesas e a outra é que muitas estão imersas em relações familiares desiguais e hierárquicas, onde a opressão feminina é naturalizada, quando Zanza percebe essa relação e compreende que ela é o poder capaz de cuidar da família e do lote sem precisar de um homem, ela rompe essa relação que há alguns anos já não dava muito certo e estava desgastada.

Em relação a maternidade das entrevistadas, 7 são mães e 4 são avós, constituindo um número médio de 5 pessoas por casa. A renda das famílias envolvidas na pesquisa atualmente é principalmente proveniente da agricultura familiar, com a venda de excedentes e beneficiados. Antes da implementação do projeto foi constatado que algumas agricultoras e seus familiares passavam fome, o trabalho no

plantio da cana de açúcar não garantia uma renda suficiente para comprar todos os alimentos necessários para a família. Além de tudo, a monocultura é extremamente prejudicial ao solo, acarretando significativo desequilíbrio ambiental, devido ao desgaste e empobrecimento nutricional causados pela produção contínua de uma mesma planta (ZIMMERMANN, 2009). Concluindo que além de degradar o meio ambiente, a cana não garantia segurança alimentar.

Alves (2006) descreve em seu trabalho que o pagamento auferido para os trabalhadores da cana é decorrente de sua produção: quanto maior a produção mais eles recebem, como eles trabalham pela subsistência, trabalham cada vez mais para melhorar suas condições de vida. O aumento do ritmo de trabalho provoca uma corrida por mais agrotóxicos para acelerar a produção, bem como mais hectares para o plantio e queima durante a colheita. Quando se é mulher, o trabalho na cana de açúcar fica ainda mais complicado, nem sempre ela tem a chance de aumentar seu ritmo de trabalho, muitas vezes precisam chegar em casa num determinado horário para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, Silva (2011) discorreu que desde a década de 1990, as mulheres estão sendo excluídas do corte manual da cana em razão do aumento vertiginoso das imposições da média (produtividade acima de 10 toneladas de cana cortada ao dia), ela também destacou que os salários recebidos pelas mulheres na cana são mais baixos que os dos homens:

O atual processo de reconfiguração, ademais da intensificação da exploração da força de trabalho, traz no seu bojo uma “nova” divisão sexual do trabalho, baseada nos velhos critérios como força física (homens), cuidado, responsabilidade, delicadeza (mulheres). Trata-se de uma lógica pautada na segregação sexual, segundo a qual, as mulheres recebem salários mais baixos que os homens e, muitas vezes, são lesadas quanto aos direitos trabalhistas. Enquanto os homens são empregados pelas usinas, segundo as normas contratuais da vigência da safra, geralmente em torno de 10 meses, as mulheres são contratadas em turmas por empreiteiros que as conduzem de uma atividade a outra, de acordo com o ciclo das diferentes culturas (SILVA 2011, p. 30).

Isso só demonstra que todas as agricultoras do grupo dependem dos recursos

naturais (água e solo) preservados no assentamento para sobreviver, bem como seus familiares. A partir do momento que esses são explorados sem cuidado e manejo adequado suas rendas e a segurança alimentar passam a ficar comprometidas. Quanto à escolaridade, menos da metade das agricultoras do grupo concluíram o ensino médio e nenhuma delas possui curso superior. Esses dados estão muito associados a realidade do campo nordestino, 75% das agricultoras relataram que deixaram de estudar para trabalhar e ajudar na renda da família quando crianças, por serem mulheres, metade delas foram trabalhar no emprego doméstico. Uma das, aos 8 anos de idade foi morar na casa da patroa, ou se separava da mãe ou morria de fome, 34 está só teve a chance de sair dessa casa aos 17 anos quando casou e foi viver com o marido e mesmo assim continuou trabalhando nos serviços domésticos, agora em sua própria casa.

Durante o projeto a agricultora Zanza passou no vestibular para o curso de Tecnologia em Agroecologia do IFPE campus Barreiros, com certeza esse é um grande resultado e ratifica o quão impactante esse trabalho tem sido na vida dessas mulheres. Outras 3 agricultoras falam do interesse em voltar a estudar, concluir o ensino básico e entrar em algum curso superior relacionado a agroecologia. Elas se reconheceram através da agroecologia como sujeitas capazes de transformar e de se transformarem. Sentiram a necessidade de ir atrás de mais conhecimento para agregar valor aos seus produtos e seus lotes.

Ensino	Porcentagem
Ensino Médio Completo	37%
Ensino Médio Incompleto	12%
Ensino Fundamental Incompleto	38%
Nunca frequentou a escola	13%

No assentamento Valdir Ximenes existe uma escola multisseriada, com uma sala e uma professora que ministra as aulas para as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, no mesmo local e ao mesmo tempo, essa não possui uma estrutura adequada, segundo relato das moradoras. Ao final do ensino fundamental os alunos são obrigados a se deslocarem para Barreiros ou Tamandaré em ônibus da prefeitura desses dois municípios. Costuma chover muito no período de maio a julho na região, a estrada fica muito ruim impossibilitando a entrada do ônibus e a saída das crianças para a escola.

Desde muito cedo o trabalho faz parte da socialização das crianças e adolescentes filhos de agricultores familiares, essas atividades no sítio não são vistas

pelos pais como exploração, mas como exercícios de aprendizagem (PAULO, 2011). As filhas e filhos das agricultoras que ainda residem com elas já começam a chegar no grupo e querem contribuir com o trabalho agroecológico, muitos e muitas algumas vezes participaram das formações junto as mães. É mais um sinal de que o que as agricultoras vivenciaram nos cursos é levado para dentro do lar e discutido. Também sinaliza que essa geração já começa a ter uma outra relação com os recursos naturais e que elas e eles também podem ser mais um braço dentro do assentamento de luta contra os agrotóxicos e a monocultura da cana-de açúcar.

Já os filhos e as filhas das agricultoras que não moram mais com as mesmas e não dependem financeiramente delas mas residem de Valdir Ximenes não se interessam pelo projeto, alguns acham que as mães são loucas e que a saída ainda é o plantio da cana de açúcar. Visão que pode contribuir para a exaustão dos recursos naturais presentes no assentamento.

## **5.2 Os principais problemas estruturais do Assentamento Valdir Ximenes**

O maior problema estrutural citado pelas integrantes do grupo em relação a comunidade foi a falta de estradas adequadas no assentamento. As ruas existentes são de barro e muito esburacadas, na época das chuvas as agricultoras e suas famílias chegam a ficar impossibilitadas de se locomoverem dentro da região, ou ir para a cidade (Figura 4).

**Figura 4 - Carro atolado na estrada de barro que corta o assentamento Valdir Ximenes**



Fonte: Flores de Ximenes, 2017

No ano de 2017 elas ficaram dois meses incomunicáveis, não conseguiram sair do assentamento e gente não conseguiu entrar. A enchente do rio Una adentrou algumas casas (Figura 5), destruiu seus cultivos e causou um isolamento entre elas, as estradas estavam tão ruins que elas não conseguiam sair para as casas das companheiras, ir à igreja ou 36 prosseguir com a produção. Elas relataram que nesse período tiveram prejuízo financeiro, pois perderam a produção, e precisaram de doações de roupas e comidas entregues pela prefeitura através de uma campanha para as vítimas da Mata Sul do Estado atingidas pelas fortes chuvas.

**Figura 5 - Casa da agricultora Dona Têê inundada pela cheia do Rio Una**



Fonte: Flores de Ximenes, 2017

Em segundo lugar foi citado a falta de energia nas vias públicas, as únicas fontes de luz a noite se dá pela lua e pela iluminação das casas, ficando extremamente perigosa a locomoção para as mulheres a partir das 18 horas. Quando há falta de iluminação, pouco movimento e falta de visibilidade (pontos cegos), é bem provável que a mulher mude seu percurso, mesmo que isso signifique andar mais (RODRIGUES, 2017). No caso das mulheres do grupo, na maioria das vezes elas ficam isoladas na parte da noite, a falta de 37 iluminação faz com que elas não saiam de casa sozinhas porque tem medo de serem estupradas ou assaltadas.

Em terceiro lugar foi descrito a falta de sinal de celular como fator de restrição da comunicação, raro são os lugares que ele funciona, impedindo que elas mantenham contato com os familiares e amigos.

Um outro problema estrutural observado por mim foi a ausência de instrumentos públicos de lazer, como as praças. A principal forma de diversão existente é o banho no rio, alguns jovens, segundo relato das agricultoras, estão envolvidos com alcoolismo e drogas ilícitas.



De acordo com todas as entrevistadas faltam açudes e/ou barragens no local que armazenem e transporte água para que elas possam intensificar seus trabalhos com a agroecologia, principalmente no que diz respeito a hortaliças.

Outro problema relatado foi a ausência das moradias dentro dos lotes (tabela 3), como descrito no começo desse trabalho, ao chegarem na comunidade as famílias não receberam suas casas prometidas pelo complexo industrial de SUAPE, algumas delas passaram a ocupar estruturas seculares abandonadas já existentes no assentamento, chegando a ficar quase 2km de distância de seus cultivos, esses praticados dentro dos lotes demarcados pelo ITERPE.

**Tabela 3 - Relação das agricultoras e suas moradias**

Agricultora	Moradia
Bárbara	Ela e a família moram no lote e construíram a casa por conta própria meses depois que chegaram em Ximenes
Mônica	Ela e a família moram no lote, construíram a casa por conta própria, sempre morou em Ximenes.
Sônia	Ela e a família não moram no lote, ainda não conseguiram recursos financeiros para construir a casa. Ocupam uma casa secular perto da Casa Grande, distante uns 2 km do lote.
Neide	Ela e a família moram no lote desde que chegaram em Ximenes, pois já havia uma casa secular e precária.
Zanza	Ela e a família moram no lote,



	construíram a casa por conta própria meses depois que chegaram em Ximenes.
Rosilda	Ela e a família não moram no lote, ainda não conseguiram recursos financeiros para construir a casa. Ocupam uma casa secular perto da Casa Grande, distante uns 1,5 km do lote
Zefinha	Ela e sua família moram no lote, construíram a casa por conta própria meses depois que chegaram em Ximenes
Eliane	Não mora em Ximenes.

Fonte: Raira Pereira, 2018

A monocultura da cana de açúcar também foi considerada um forte problema socioambiental, a chuva lixivia os químicos usados na produção para o rio contaminando. A água desse rio é usada para lavar roupas, fazer comida e beber. Algumas Flores têm como vizinhos agricultores que trabalham exclusivamente com a cana em seus lotes, os agrotóxicos usados ali podem chegar em seus sistemas agroflorestais, dificultando a obtenção de uma futura certificação de produtos orgânicos.

Um outro problema ligado a cana e que prejudica bastante as Flores de Ximenes é o fogo, esse é utilizado na colheita da cana e que algumas vezes já atingiram seus sistemas agroflorestais.

### 5.3 O processo agroecológico do grupo e sua produção

Foram entrevistadas 8 agricultoras que compuseram o projeto desde o início

em 2016, até o final do ano de 2017. Elas participaram de eventos para trocas de sementes, dos cursos de beneficiamento de alimentos, de construção dos sistemas agroflorestais, construção de estruturas agroecológicas, bioconstrução e apicultura. Antes da chegada do projeto seus lotes eram repletos de cana de açúcar, com os cursos elas foram trocando o monocultivo e os agrotóxicos por variedade de flora e adubação verde.

Em relação a palavra “agroecologia”, seis das oito Flores nunca tinham ouvido falar até o projeto. Na prática relataram que desenvolviam uma agricultura sem veneno e diversificada quando moravam em Jurissaca e Ilha, mas sem trabalhar uma técnica específica. Segundo Dona Sônia, era tudo mais solto, não tinham o cuidado ou preocupação de guardar e trocar as sementes ou prender as galinhas. Zanza conta que com os cursos (Figura 6) elas puderam aprimorar suas técnicas e hoje tem mais conhecimentos para trabalhar nos lotes. Dona Neide relatou que sua visão em relação a comercialização (Tabela 4) dos beneficiados também mudou, hoje ela tem mais cuidado com a estética do produto, elas criaram rótulos com o nome e símbolo do grupo (Figura 7) e passaram a se preocupar com as embalagens e detalhes relacionados ao sabor, antes de colocá-los a venda fazem testes com diversas matérias primas até chegar ao ponto interpretado por elas como o ideal.

Segundo as agricultoras, em Ilha e Jurissaca, a produção era muito maior do que em Ximenes, elas possuíam fruteiras centenárias, jardins com flores e ervas em abundância e o solo era muito bom. Dona Sônia relata que nas terras de SUAPE o feijão podia ser colhido depois de 3 meses de plantado, em Ximenes ele demora quase seis meses.

**Figura 6 - Cursos desenvolvidos no assentamento para o grupo de mulheres Flores de Ximenes**



Fonte: Raira Pereira, 2018

**Figura 7 - Cursos desenvolvidos no assentamento para o grupo de mulheres Flores de Ximenes**



Fonte: Raira Pereira, 2018

Elas estão no começo da produção agroecológica e com inúmeras dificuldades, entre elas a ausência de irrigação e o solo muito fraco devido ao veneno antes usado na cana. Além do princípio ativo tóxico, muitos destes agrotóxicos apresentam elementos ou compostos potencialmente poluidores, como metais pesados, surfactantes, emulsificantes, entre outros (COSTA et al., 2004). Nos sistemas agrícolas, o solo sofre influência direta da utilização de agrotóxicos nas culturas, principalmente em sistemas inadequados de cultivo de solo (STEFFEN; STEFFEN; ANTONIOLLI, 2011). Um outro fator que dificulta a produção são as fortes chuvas já conhecidas por cair nos meses de maio a julho na região, em 2017 Bárbara, Mônica, Zanza e Dona Sônia perderam parte da produção devido a cheia do rio Una.

Como principal resposta, o projeto proporcionou novas alternativas de produção frente a cana de açúcar e elas puderam aprimorar suas técnicas ancestrais para conseguir um melhor resultado nos trabalhos, Altieri (2010) compara uma monocultura de milho a uma produção agrícola diversificada, a mesma pode ser facilmente trocada pela monocultura da cana e os sistemas agroflorestais das Flores de Ximenes em construção:

Uma grande exploração agrícola pode produzir mais milho por hectare que uma pequena na qual o milho se cultiva como parte de uma policultura que também inclui feijão, abóbora, batatas e feno. Mas, a produtividade da policultura em termos de produtos colhidos por unidade de área é mais alta que sob uma monocultura com o mesmo nível de manejo (ALTIERI, 2010, p.25).

A prática agroecológica trabalhada pelas agricultoras proporcionou melhor valorização da produção sustentável e atualmente já vem proporcionando vantagens econômicas e alimentares (tabela 3). Barbara relata que ela não é agroecologia ela é uma mulher agroecológica: “é a minha identidade, é o resgate de como eu sempre vivi, essa é a única saída para a sobrevivência da humanidade”.

**Tabela 4 - Produção das Flores de Ximenes e como se dá a comercialização (Bárbara e Mônica)**

Agricultora	Produtos	Beneficiados	Comercialização
Barbara	Pimenta, banana, macaxeira, maracujá, limão, laranja, manga, caju, feijão, hortaliças (rúcula, alface, coentro, manjericão, orégano), PANC's, amendoim, inhame, mamão. Galinha e ovo	Molho de pimenta, biomassa de banana verde, lambedor, doce, bolo e pão sem glúten, pudim de biomassa de banana verde, goma de macaxeira	Macaxeira, banana, ovo, galinha e beneficiados são vendidos numa rua de Barreiros.
Mônica	Macaxeira, banana, coco, jambo, feijão, mamão, jaca, mamão, maracujá, carambola, abacaxi e hortaliças (coentro). Galinha, ovo, gado e ovelha	Doce de jaca e cocada	Macaxeira, ovelha e banana. são vendidos numa rua de Barreiros.

Fonte: Raira Pereira, 2018

**Tabela 5 - Produção das Flores de Ximenes e como se dá a comercialização (Sônia e Zanza)**

Agricultora	Produtos	Beneficiados	Comercialização
Sônia	Macaxeira, batata, inhame, feijão, batata doce, cará, acerola, graviola, caju, mamão, abacate, laranja, limão, coentro, tomate, pimenta, peixe, gado, galinha e ovo.	Lambedor, doce, bolo	Macaxeira, batata, feijão, acerola, caju são vendidos na feira de Barreiros
Zanza	Graviola, abacate, banana, caju, manga, goiaba, araçá, maracujá, coco, mamão, jambo, pitanga, seriguela, acerola, pitomba, romã, macaxeira, feijão e hortaliças (coentro, rúcula, couve, cebolinha, tomate comum e cereja). Galinha e ovo	Doce de jaca, doce de banana e licor da fruta da estação	Beneficiados, doces, licores e frutas da estação são vendidos na feira de Barreiros.

Fonte: Raira Pereira, 2018

**Tabela 6 - Produção das Flores de Ximenes e como se dá a comercialização (Neide, Rosilda, Zefinha e Eliane)**

Agricultora	Produtos	Beneficiados	Comercialização
Neide	Pimenta, laranja, limão, jabuticaba, amora, tomate cereja, acerola, flores ornamentais e cactos. Galinha e ovo.	Molho de pimenta e chocolate	Molho de pimenta e chocolate, vende por encomenda.
Rosilda	Macaxeira, laranja, limão, manga e banana. Gado, galinha, ovo e peixe.	Bolo	Comercializa por encomenda
Zefinha	Pimenta, macaxeira, maracujá e batata doce	Beju, doce e lambedor	Beju, doce e lambedor, comercializa por encomenda
Eliane	-	-	-

Fonte: Raira Pereira, 2018

Através da agroecologia as Flores de Ximenes caminham para o alcance da soberania alimentar em suas famílias, suas produções são excelentes comparadas com o começo de 2016, e hoje elas já possuem uma diversidade de alimentos. Em pelo menos 80% dos lotes a agroecologia começou a ser desenvolvida nos quintais produtivos, hoje, todas as agricultoras trabalham em seus roçados por inteiro, não havendo mais cana de açúcar. As práticas agroecológicas buscam resgatar e valorizar os saberes tradicionais, voltam-se para os cuidados a saúde e o bem viver (PIMENTA,



2018), a agroecologia foi um instrumento para o resgate, fazendo com que as Flores de Ximenes começassem a olhar para o assentamento de maneira mais agradável e feliz. Em relação a comercialização, duas das agricultoras vendem seus produtos na feira de Barreiros que acontece todo sábado, sem distinção ou qualquer aviso que são agroecológicos e diferentes das outras barracas. Outras duas Flores (Figura 9) preferiram comercializar em uma rua de Barreiros, também aos sábados e com aviso de que são agroecológicas. As últimas três agricultoras não comercializam em feiras, preferem entregá-los por encomenda.

**Figura 8 - Agricultora Mônica vendendo seus produtos agroecológicos numa rua em Barreiros**



Fonte: Flores de Ximenes, 2018

Eliane é a única solteira e sem filhos do grupo, seus pais moram em Ipojuca, mas possuem um lote em Ximenes. Por ser solteira e sem filhos, coube a ela cuidar dos familiares já idosos e por consequência não consegue morar em Valdir Ximenes



e andar com sua produção. Diante disto, ela começou o desenvolvimento do seu sistema agroflorestal no começo deste ano (2018), portanto, ainda não conseguiu resultados satisfatórios de produção e comercialização. Resultados semelhantes também foram citados por Lourenço et al., (2009) ao avaliar a agrobiodiversidade nos quintais agroflorestais em três assentamentos na Amazônia Central, eles encontraram uma enorme variedade de espécies de plantas com alta qualidade sendo consumidas pelas famílias, as e os agricultores também não usavam veneno e seus trabalhos garantiam segurança alimentar e renda para as famílias.

Atualmente elas têm uma outra relação com os recursos naturais existentes na comunidade. Barbara relatou que parte dos assentados ainda vão para a Mata do Cacau cortar madeira de espécies nativas da mata atlântica para fazer lenha, o que gera bastante indignação entre a maioria das integrantes do grupo. Boa parte da comunidade residente no assentamento ainda usa agrotóxico em seus roçados, o que também revolta as agricultoras. O ponto mais grave por elas descrito são as queimadas que acontecem durante o corte da cana, mesmo que elas não pratiquem, muitas já tiveram seus SAF'S comprometidos pelo fogo, desde a degradação do solo até a queima total da flora por consequência do fogo ter sido levado pelo vento. Essas percepções estão gerando vantagens ambientais para os recursos naturais do local, muitas vezes elas agem como fiscalizadoras dessas práticas, Barbara relatou que ela e o marido já foram várias vezes conversar com os vizinhos para acabarem com essas práticas. Dona Neide sempre conversa com os filhos (que moram em outros lotes e plantam cana-de-açúcar) sobre o quanto o agrotóxico prejudica a saúde do trabalhador e do solo, atualmente seus filhos não usam mais veneno nas plantações.

#### **5.4 O fortalecimento da agroecologia afetou a vida das Flores de Ximenes**

O surgimento das cidades-estado possibilitou aos indivíduos terem uma segunda vida, uma *bios politikos*, uma vida política, que era separada de sua vida dentro de casa, a vida privada (THOMPSON, 2010). Para os antigos gregos, a liberdade estava reservada apenas ao domínio político, da polis, a sua vida pública (THOMPSON, 2010). Segundo Hannah Arendt (2007) foi nesse momento que a vida das pessoas ocidentais foi dividida entre público e privada, o privado nunca comentado fora da casa e o público era toda sua função política fora dessa estrutura

interna. O trabalho doméstico e o cuidado com os filhos sempre foi predestinado para as mulheres, muitas vezes as mães são responsáveis por limpar, passar, fazer comida e cuidar das crianças não restando tempo para o cuidado consigo mesma e muito menos se inserir numa vida pública, já o homem exerce outras função no trabalho, Kergoat (2003) chama esse sistema como divisão sexual do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc) (KERGOAT, 2003, p. 9).

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio de hierarquização, um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2003).

A inserção das agricultoras nos processos agroecológicos também resultou no fortalecimento do grupo enquanto movimento social. A maioria delas não estavam inseridas em espaços de militância, ou nos movimentos sociais, exceto uma. Aos poucos elas estão conseguindo participar dos espaços públicos, inclusive o de militância (Figura 10), não está sendo um processo fácil, é preciso passar por vários conflitos nas suas vidas privadas, estes não vividos antes, para que elas possam fortalecer suas vidas públicas. Frequentemente elas são chamadas de lunáticas por alguns maridos ou vizinhos.

**Figura 9 - Dona Sônia e Mônica no Encontro Estadual da Marcha Mundial das Mulheres, Caruaru/PE**



Fonte: Flores de Ximenes, 2017

A questão financeira e o isolamento do assentamento atrapalham esse processo, no ano de 2018 elas deixaram de participar do Encontro Nacional de Agroecologia, por exemplo por causa da logística, SILIPRANDI (2017) relata que:

A própria participação em uma organização ou movimento social também exige muita determinação. Para além das dificuldades enfrentadas 46 normalmente por todos, homens e mulheres do meio rural (distâncias, falta de meios de transporte e de recursos financeiros, situações de conflito e violência, deslegitimação por ser agricultor, por não ter “estudado”), havia outras ordens de obstáculos, específicas da condição feminina: a oposição de familiares e vizinhos, a falta de apoio para ausentar-se de casa, o descrédito sobre a sua capacidade, por serem mulheres. Em particular, nas

próprias entidades dos trabalhadores, são muitas as histórias de desvalorização em relação à sua participação (SILIPRANDI, 2017, p. 215).

**Figura 10 - Eliane no I Encontro Nacional de Núcleos de Agroecologia, Luziânias/GO**



Fonte: Raira Pereira, 2017

No ano de 2017 as Flores de Ximenes começaram a ocupar os espaços públicos e construir uma vida pública enquanto grupo também, o documentário “Flores de Ximenes” produzido pelo IFPE e dirigido por Rafaela Santos foi o principal instrumento de divulgação do coletivo e denúncia das arbitrariedades de SUAPE. Ele rodou por vários eventos em todo Brasil, entre eles: Cine Olinda em 2016, Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho – EFLAC 2017 em Montevideu-UY, passou na Universidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul em 2017, no Congresso Internacional de Sociologia ALAS em 2017 – Montevideu-UY, no Encontro Nacional de Estudantes de Gestão Ambiental no Mato Grosso do Sul em 2018, no Congresso Internacional de Sociologia Rural ALASRU –Montevideu – UY em 2018, entre outros tantos lugares.

As Flores de Ximenes também ganharam destaque nacional quando foram

contempladas com o selo Juliana Santilli de Agrobiodiversidade. O projeto é uma iniciativa do Instituto Socioambiental, da Associação Bem-Te-Vi Diversidade e da Editora Mil Folhas do IEB com o objeto de premiar iniciativas, individuais ou coletivas, que fazem a diferença, promovendo a ampliação, a conservação, o acesso, a distribuição ou o uso de produtos da agrobiodiversidade.

Em relação ao feminismo 6 das 8 agricultoras nunca tinham ouvido falar sobre (Tabela 7):

**Tabela 7 - Resposta das camponesas a pergunta: Conhecia o feminismo antes do projeto, o que ele significa para você?**

Agricultora	Conhecia o feminismo antes do projeto, o que ele significa para você?
Bárbara	Não, para mim foi uma descoberta. Eu era feminista e não sabia, fazia parte nos movimentos sociais de esquerda mas havia muito machismo. Ao criar esse grupo de mulheres eu me senti mais segura para ser o que eu sou. Vivian para mim trouxe o mais libertador, as mulheres se tornaram visíveis através do feminismo.
Mônica	Não conhecia. O feminismo é muito importante, não só de homens vive o mundo, de mulheres também e as pessoas precisam saber disso
	Não conhecia por esse nome, sempre tive minha identidade própria, sempre lutei pelos meus direitos e

Sônia	ideais, isso tudo eu já fazia, sempre estabeleci tudo. Só não sabia que tinha esse nome. O feminismo é muito importante para mim, porque humanamente é a força coletiva e cada uma participa ajudando uma a outra
Zanza	Conhecia o feminismo de ouvir falar. Acho importante sim. Neide Não sabia o que era. É muito importante, as mulheres começam a viver pensando umas nas outras como amigas.
Rosilda	Não, significa união das mulheres
Zefinha	Não conhecia, significa mulheres se ajudando
Eliane	Sim. Feminismo é o respeito entre as mulheres, significa o grupo se respeitar

Fonte: Raira Pereira, 2018

Em relação a satisfação do projeto nos anos de 2016 e 2017 todas relataram que gostaram e demonstram interesse em continuar o trabalho junto ao IFPE (tabela), tanto é que no ano de 2018 três professores trabalham projetos de extensão com o grupo. O professor Yuri do departamento de Edificações do IFPE campus recife trabalhou bioconstrução, o professor Marcos do departamento de Gestão Ambiental trabalhou cultura e meio ambiente e a professora Jaqueline do departamento de turismo do IFPE campus Barreiros trabalhou produzindo material em audiovisual sobre o rufo. Quase todas as entrevistadas hoje dizem amar Ximenes e que o assentamento é o melhor lugar do mundo, apesar das problemáticas de infraestrutura,

em 2016 elas detestavam esse território e a todo momento queriam voltar para o Cabo de Santo Agostinho, hoje eles dizem que só saem de Valdir Ximenes mortas.

**Tabela 8 - Relação de satisfação do projeto “Agroecologia e feminismo: empoderamento das camponesas Flores de Ximenes”**

AGRICULTORA	COMO FOI O PROJETO?	GOSTA DE XIMENES?
Bárbara	O projeto foi maravilhoso, eu só tenho a agradecer a professora Vivian pela oportunidade.	Ximenes é tudo, eu adoro esse lugar
Mônica	Foi muito bom, adorei e espero que continue com os trabalhos.	Sim, foi onde eu nasci e onde eu me criei e agora crio meus filhos
Sônia	Muito bom, a professora Vivian nos ajudou muito e eu ganhei um monte de neta para eu cuidar.	Como eu não vou gostar de Ximenes? É dessa terra que eu tiro meu alimento, que eu alimento minha família, eu amo
Zanza	Adorei, adquiri muitos conhecimentos e agora coloco em prática na minha terra.	Gosto, aqui é verde, calmo
Neide	Muito bom, aprendi bastante coisa	Gosto, mas tem muita coisa para melhorar
Rosilda	Gostei, foi ótimo.	Não gosto, muito precário. Onde eu moro

		o teto está quase caindo
Zefinha	Gostei muito, conheci as meninas.	Gosto
Eliane	Adorei e espero que ele continue e que as Flores tenham ainda mais oportunidades.	Gosto sim.

Fonte: Raira Pereira, 2018



## 6 CONCLUSÃO

A história do Brasil está diretamente ligada a história da cana de açúcar no nosso território e as consequências desse sistema latifundiário, criando entorno de si relações que determinam a nossa sociedade até hoje, principalmente na Zona da Mata Sul de Pernambuco, enquanto os engenhos passaram a se tornar usinas num processo de modernização tardio, é muito comum encontrarmos até hoje relações humanas semelhantes há 5 séculos. Camponeses, muitos deles negros, trabalhando para as usinas num sistema de arrendamento, não por escolha e sim por necessidade. Aquela terra já não pertence, oficialmente, ao empresário latifundiário, mas o que nela é produzido sim. A cana dos arrendatários são compradas a preços baixíssimos, fazendo com que o trabalhador comece o seu serviço no sol nascente e terminando no sol poente, ou, entrando pela noite nas queimadas ilegais da colheita da cana.

Os resultados apresentados neste trabalho mostram que o grupo de mulheres Flores de Ximenes construíram uma forte relação com o local em que vivem atualmente, mesmo com todo o processo traumático de expulsão, elas conseguiram criar um vínculo territorial não ancestral com o assentamento Ximenes. Uma nova alternativa de produção também proporcionou uma oferta de alimentos de qualidade, novas oportunidades de comercialização. Além do que, elas puderam adquirir uma autonomia financeira nunca antes alcançada.

A inserção das mesmas nos movimentos feministas sociais do campo acabaram por trazer outras discussões para dentro do grupo e elas passaram a reconhecer a importância dos seus trabalhos antes invisibilizados e lidos como ajuda.

Acredito fortemente que as ações construídas de forma participativa e colaborativa vem auxiliando na valorização e bem viver das mulheres camponesas da zona da Mata Sul pernambucana. Os resultados desta pesquisa também podem ser utilizados como pressupostos para o desenvolvimento de novas pesquisas como estudos sociais e ambientais buscando investigar a relação das pessoas com a comunidade em que vivem e a segurança alimentar.

## 7 REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 1998.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, v. 13, n. 16, p. 23-32, 2010.

ALVRES, F. Por que morrem os cortadores de cana?. **Revista saúde e sociedade**, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006.

ANDRADE, M. C. **Histórias das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. 1 ed. Recife: Massangana, 1989.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

BUTTO, A. **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. 1 ed. Brasília: Ministérios do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CAVALCANTI, H., GODOY, J. H. A., R, D. M. **Território Estratégico de SUAPE: caracterização e governança**. 1 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2018.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

DOM JOÃO VI. **Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas**. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg\\_sn/antioresa1824/cartaregia-35757-28-Janeiro-1808-539177-publicacaooriginal-37144-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-35757-28-Janeiro-1808-539177-publicacaooriginal-37144-pe.html). Acesso em: nov. de 2018.

FIDELES, N. **Agroecologia vai além da produção de alimentos orgânicos, explica dirigente do MST**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/25/agroecologia-vai-alem-da-producao-de-alimentos-organicos-explica-dirigente-do-mst/>. Acesso em: nov. de 2018.

FURTADO, C. M. **Formação Econômica e Territorial do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 1 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

JUNIOR, C. P. **História Econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LISBOA, B. A. V. Engenhos, Açúcares e Negócios na Capitania de Pernambuco. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Portugal, v. 1, n. 32, p. 196-214, 2014.

LOURENÇO, J. N. P. *et al.* Agrobiodiversidade nos Quintais Agroflorestais em Três

Assentamentos na Amazônia Central. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA. 6. 2009. **Anais [...]** Curitiba.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009.

PAULO, M. A. L. Jovens de famílias camponesas: suas realidades e seus sonhos. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 22-25, 2011.

PIMENTA, S. D. C. **As Mulheres na Agroecologia e a Agroecologia na Vida das Mulheres**. 1 ed. Brasília: CONTAG, 2018.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 9 ed. Porto: Afrontamento, 1997.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, J. M. C., CASTELLI, C. H. M. **Mata Atlântica: Biodiversidade Ameaças e Perspectivas**. 1 ed. Belo Horizonte: Editores: Carlos Galindo-Leal e Ibsen de Gusmão Câmara, 2005.

SILVA, M. A. M. O Trabalho Oculto nos Canaviais Paulistas. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 11-46, 2011.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil**. 34 ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

SUAPE. **Complexo Industrial Portuário de Suape**. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/comunidades/apresentacao-comunidades>. Acesso em: nov. de 2018.

SUAPE. **Complexo Industrial Portuário de Suape**. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/comunidades/assentamentos-rurais/valdir-ximenes>>. Acesso em: nov. de 2018.

SUAPE. [Carta] 21 out. 2017, Recife [para] Conselho de Direitos Humanos da ONU, Genebra. 4f. Denúncia do caso das violações que acontecem em Suape.

THOMPSON, J. Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 11-36, 2010.

ZIMMERMANN, C. L. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.6, n.12, p.79-100, 2009.